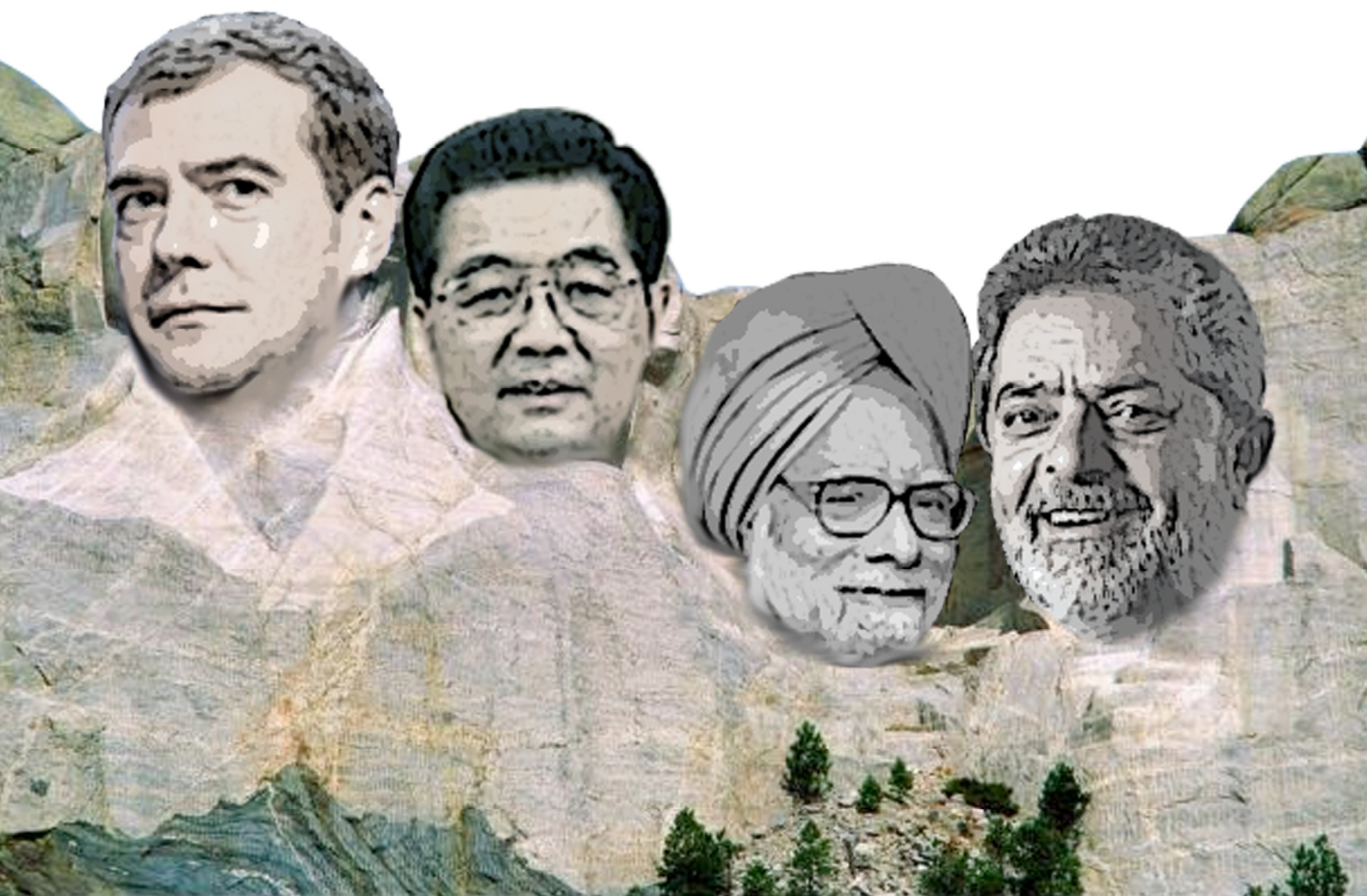


O GERIFALTE



1o trimestre 2010 edição 1 Ano I

BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL



BRASIL NOS BRICS

CONSELHO DE SEGURANÇA

PESCA PREDATÓRIA

 **FGV**

EIKE BATISTA

RELAÇÕES COM O IRÃ

ENTREVISTA JOAQUIM FALCÃO


DIREITO RIO

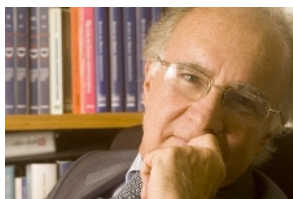
QUE HÁ DE NOVO?

EDITORIAL

*O que é O Gerifalte?
Qual o nosso objetivo?
Saiba mais na p. 01*

DIREITO COM ALHOS & BUGALHOS

*Como a literatura e o
Direito se encaixam?
Saiba mais na p. 02*



ENTREVISTA COM JOAQUIM FALCÃO

*Como o Brasil se situa política
e economicamente no mundo?
Onde aí entra o Direito brasileiro?
Qual o papel da Escola de Direito
da FGV? E o papel dos alunos?
Saiba mais na p. 03*

BRASIL E IRÃ

*O que é essa relação polêmica
entre o Brasil e o Irã?
Quais os benefícios políticos
e econômicos para o Brasil?
Quais os danos?
Ela é constitucional?
Saiba mais na p. 10*



O BRASIL NOS BRICS

*O que são os BRICS?
Qual a sua importância
no mundo? Qual
a importância do
Brasil nos BRICS e no
mundo?
Saiba mais na p. 06*



EIKE BATISTA: UM PEDREIRO NOS BRICS?

*Quem é essa máquina
brasileira? Por que ele
é tão importante para o
Rio de Janeiro e para o Brasil?
Saiba mais na p.08*

BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

*O que é o Conselho de Segurança das
Nações Unidas? Por que o Brasil quer
um assento permanente lá?*

Saiba mais na p.13



PRONTO PARA A MESA

*Por que a pesca
predatória de atum deve
ser observada pelo Brasil e
pelo mundo?*

Saiba mais na p.14



ENQUANTO ISSO, NA FGV...

*Projetos sendo realizados na
Escola. Espaço para piadas do
ilustre Manuel Curió
Saiba mais na p.16*

CANTO POÉTICO

*Espaço dedicado para nossos
criativos alunos-poetas
Saiba mais na p.17*

PARA REFLETIR...

*Quem sou eu e como
posso melhorar?
Refleta na p.18*



QUADRINHOS: HOMBRE EL HOMBRE

*Para fechar com "llave de oro"
Ria um pouco na p.19*

REFLEXÕES SOBRE A NECESSIDADE DA SOBREVIVÊNCIA

*Como seria um mundo onde a
intervenção do Estado é absoluta?*

Pense nisso na p.15

EDITORIAL

As palavras nada são sem uma definição, um sentido... Aqui também a palavra, por si só, não basta para explicar a origem desta 1ª Revista Estudantil da escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Cabe, portanto, explicitar que *O Gerifalte* é uma homenagem à uma figura muito popular, sempre associada à história da fundação da nossa escola de Direito, o diretor, Joaquim Falcão. Ademais, também homenageia a literatura e a paixão de escrever e discutir idéias por meio de palavras. Isto, pois, o gerifalte, é o mais belo e valioso de todos os falcões. Durante toda a Idade Média foi considerado uma ave real e, por isso, a definição da palavra é hoje sinônimo de importância e liderança. Ademais, é vulgarmente conhecido como o “falcão letrado”, uma vez que sua cor branca é pintada por pequenas manchas pretas acumuladas ao longo de sua cauda e asas, que fazem com que se assemelhem à palavras em uma folha de papel branca. Nada mais poético do que atribuir a nossa revista um nome repleto de significados...

O objetivo desta revista nada mais é, portanto, do que viabilizar o diálogo entre todos os períodos da FGV DIREITO RIO, incentivando os alunos a debaterem, por meio desta, questões da atualidade que de alguma forma se relacionem com o Direito. Também se dispõe a divulgar seus poemas, desenhos e demais produções influenciadas pelo cotidiano universitário.

Escolhemos para nossa primeira edição o tema “Brasil e a nova ordem mundial” que exploraremos através das mais diversas formas (entrevista, textos jornalísticos, piadas, quadri-nhos, etc.) e assuntos. Vale agradecer a participação ativa dos alunos do 1º período, Catarina Freitas, Guilherme Migliora, Marjorie Afonso, João Marcelo Lima, Antonio Bastos, Yasmin Mendonça e do intercambista Walter Guevara. Recebemos também contribuições poéticas de Francisco Figueira, atualmente cursando o 5º período, e engajadas de Marcus Vinicius Rondinelli, do 6º período. Juntos, produzimos um resultado bastante promissor: uma revista cheia de conteúdo diferenciado e autêntico!

Hoje, um novo gerifalte nasceu, mas ainda conta com novas contribuições e sugestões para que comece a voar livremente. Vamos educar este falcão letrado.. Boa leitura!

- **Adriana Simonsen Reino**



DIREITO COM ALHOS & BUGALHOS¹

Professor Guilherme Leite Gonçalves²

O conhecimento sobre o direito e seus problemas pode ser lúdico? A tecnicização e a especialização do discurso jurídico contemporâneo responderiam que não. Análise econômica do direito, teoria da argumentação jurídica, do consequencialismo judicial e do sopesamento de princípios parecem ter consolidado o aspecto tecnológico que caracteriza a reflexão jurídica. Qual, no entanto, o espaço da criatividade no interior do purismo, das regras e do sistema conceitual, exigidos por estes instrumentos pragmáticos de tomada de decisão? Como evitar burocratizações?

Durante uma conversa com o Conde de Sabugosa, Gilberto Freyre relata ter ficado encantado com a notícia de que Eça de Queiroz não se reconhecia nem como literato nem como letrado: gostava de ser considerado artista. Esta lembrança tornou-se ponto de partida para o sociólogo (ou escritor, ou antropólogo, ou pintor) pernambucano criar uma distinção sobre os tipos de expressão literária. De um lado, a literatura, criativa, inspiração do escritor-artista que, repleto de poder poético, confere às letras sensualidade, sentidos, espírito vivificante; de outro, a literatude, praticada por literatos ou beletristas que, respeitosos com as regras, se esmeram na forma, em composições desprendidas de vida. A primeira é arte; a outra, burocracia.

Não são necessários grandes esforços investigativos para se constatar que a produção jurídica brasileira optou pelo segundo tipo. Ciosos de técnicas exegéticas, os juristas oscilam entre a manipulação mecânica das leis, o registro de fatos ilícitos e a reprodução automática dos valores morais. Produzem literatude, meras composições que, quando não se resumem à gramática, são retóricas. Freyre me faz pensar que as letras jurídicas contemporâneas são “a negação da melhor criatividade de que o homem seja capaz. Mas capaz como artista literário”. O jurista escreve “como tecnocrata, (...) mais retórica do que expressionisticamente”. A conclusão é evidente: o direito perde em criatividade e inovação, mas, ao mesmo tempo, não consegue atingir a precisão, o rigor e a clareza que suas teorias dizem alcançar.

A literatude jurídica brasileira manifesta-se na reverência dogmática às ideias importadas que, reconstruídas em juridiquês, revelam os vícios do ecletismo e do pseudo-eruditismo. Por oposição, modelos sólidos de interpretação do mundo social e jurídico dependem de atitudes construtivas, críticas e não-dogmáticas perante teses, autores e regras. Dito de outro modo: a liberdade e a criatividade artística opõem-se às literatudes retóricas. Para ser original, uma ideia precisa se diferenciar e, portanto, conhecer outras teses ou propostas, se localizar entre o que já foi e o que é produzido. A literatura artística opera com base em um paradoxo: a inovação introduz a necessidade do conhecimento e do estudo. Eliminam-se, de uma tacada só, a retórica e a burocratização.

Mas como animar concretamente o conhecimento jurídico para a vida? É necessário superar as pomposidades, abrir-se aos temas contraditórios, jogar com os paradoxos e ousar criativamente. Estas atitudes devem estar presentes no processo de formação do jurista. Se me perguntassem do que precisam os estudantes de direito, eu diria que de liberdade, de confusão, de ruído e de “Alhos & Bugalhos”. Da busca pela inovação surgirá o estudo, o domínio teórico e metodológico. Em seguida, as novas ideias. A literatura criativa é o conjunto deste processo. Leva tempo, mas é a possibilidade de se pensar um conhecimento jurídico, como nos convida Freyre, “em harmonia com o que, no brasileiro, é, em vários casos, misto de ânimo lírico e de gosto pela análise, pela observação, pela interpretação, pela crítica criadora sem deixar de ser objetiva”.

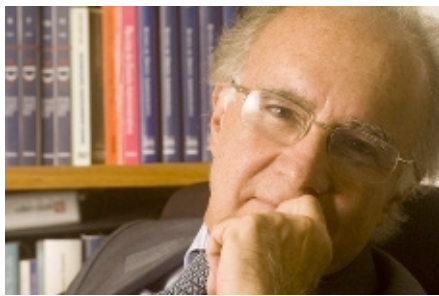
Espero que a primeira revista dos estudantes de direito da Escola do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas possa gerar muita literatura. Que abra suas portas para as provocações, assuntos permitidos e proibidos, lícitos e ilícitos, ideias tocadas pela diversidade. Este é o meu bem-vindo ao Gerifalte. Com os cumprimentos também ao homenageado, a quem ofereço esta deferência ao seu Mestre de Apipucos. Deixo meu augúrio à criação: parabéns pela iniciativa!

¹ Este texto foi inspirado e suas citações extraídas de FREYRE, Gilberto. *Alhos & Bugalhos*. Ensaios sobre temas contraditórios: de Joyce à cachaça, de José Lins do Rego ao cartão-postal. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

² Professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.

ENTREVISTA COM JOAQUIM FALCÃO

Marjorie Afonso e Walter Guevara



O Gerifalte entrevistou Joaquim Falcão, diretor da FGV DIREITO RIO e membro do Conselho Nacional de Justiça. Ele compartilhou conosco sua opinião sobre o papel do Brasil na nova ordem mundial e como isso afeta a atual geração de estudantes de direito, insistindo na excelente formação dos estudantes da FGV.

Gerifalte: Existe uma nova ordem mundial na qual o Brasil tem um papel de liderança? Quais seriam as vantagens e os desafios para o país nesse novo cenário? Você acredita que existe um Brasil BRICS?

J. Falcão: A nova ordem mundial é palpável. É uma ordem multipolar. Diversos centros do poder econômico e do poder passam a influenciar decisões globais. Em uma análise mais sistemática, o que está se vendo é uma democratização do processo de decisão global. O que antes era um processo unilateral, agora tende a ser um processo cada vez mais multilateral. Não quer dizer que todos os países agora são diferentes e com capacidade de influenciar diferentemente o destino do outro. Isso apresenta uma oportunidade imensa para o Brasil e o Brasil tem uma série de condições estruturais que são muito importantes. Primeiro, é um país de grande extensão territorial com um potencial energético resultante da diversidade nas

suas fontes de energia. Não é um país que tenha brigas étnicas. Não é um país que tenha dissidências religiosas profundas. É um país que tem paz em todas as suas fronteiras. É um país acostumado com a mestiçagem, com a integração das raças. Tem um conjunto de território, energia, cultura de não conflitos étnicos, e paz nas fronteiras. Acho que nenhum país no mundo tem uma extensão de fronteira tão pacífica como a do Brasil. Esses conjuntos físicos, econômicos, e culturais convergem e fazem com que o Brasil seja um país com a capacidade de influenciar muito grande. E o Brasil está aproveitando isso.

Nos últimos 20 anos o melhor presidente social-democrata da América Latina foi o Fernando Henrique Cardoso e o melhor presidente da esquerda popular foi o Lula.

Compare com a América Latina. Se nós achamos que temos duas tendências na América Latina, uma mais de esquerda popular e outra mais de um socialismo social-democrata. Nos últimos 20 anos o melhor presidente social-democrata da América Latina foi o Fernando Henrique Cardoso e o melhor presidente da esquerda popular foi o Lula. Então você tem uma classe política, que com todas as dificuldades, é uma classe política que está revelando uma maturidade muito grande. As instituições democráticas do país funcionam, embora quem está vendo de dentro critique, como todos nós o fazemos. Mas quem está de fora vê que são instituições que passaram por crises relativamente graves: o *impeachment* de Collor, morte de Tancredo Neves, e finalmente, a crise mundial atual. Eu estive recentemente em uma reunião onde estavam Carlos Slim, Sanguinetti,

Ricardo Lagos, e ex-presidentes da República e todos foram unânimes em achar que quem melhor se saiu institucionalmente em nível de política econômica nessa crise foi o Brasil.

Quem melhor se saiu institucionalmente em nível de política econômica nessa crise foi o Brasil.

Termino com outro indicador que é o desenvolvimento. Recentemente houve um estudo da CAPES sobre o desenvolvimento científico no mundo nos últimos anos. Os países que mais aceleraram seu desenvolvimento científico foram a China e o Brasil. Nós estamos crescendo cientificamente mais do que os Estados Unidos. Não que eles não estejam crescendo... A Rússia, por sua vez, está caindo. Você falou dos BRICs. A Rússia está caindo em matéria de desenvolvimento científico e está em uma fase decrescente por causa das dificuldades institucionais da Rússia e porque também era um desenvolvimento científico muito fundado em uma concepção bélica da sociedade. A Índia também não está crescendo cientificamente como a China e como o Brasil. A questão do etanol e da cana de açúcar é um *break through* em matéria energética. Nenhum outro país o conseguiu e isso só se consegue porque faz trinta anos ou mais que o Brasil investe sistematicamente na tecnologia do etanol.

A tecnologia da agricultura, como a EMBRAPA, faz com que o desenvolvimento agrícola do Brasil seja talvez o maior do mundo comparativamente. Por fim, a tecnologia do petróleo que nos permite explorar o Pré-Sal. Tudo pronto para o Brasil marcar gol.

Tudo pronto para o Brasil marcar gol.

G: Como você vê a evolução do direito, principalmente a evolução do direito brasileiro, num mundo mais aberto e mais interconectado? Você acha que a mídia exagera ao criticar o direito brasileiro como rígido ou ineficiente?

J.F: O Brasil tem 1.200 faculdades de direito. Nós fizemos uma pesquisa e só 40 dessas faculdades tem uma disciplina de direito ambiental. Dessas 40, só oito tem essa disciplina como matéria obrigatória. Então veja o drama. Se tem algo que o Brasil está liderando por sua extensão territorial, pela Amazônia, é pela questão do meio ambiente. Atualmente, a formação de juristas, advogados e legisladores não é suficientemente completa para enfrentar esse futuro. Na escola (FGV DIREITO RIO) criamos, com o professor Rômulo Sampaio, o programa de direito de meio ambiente. Então, o Brasil hoje é um conjunto de oportunidades. Se nosso direito foi formalista e rígido no passado, hoje em dia pode não ser mais.

Brasil hoje é um conjunto de oportunidades. Se nosso direito foi formalista e rígido no passado, hoje em dia pode não ser mais.

Quando, nos Estados Unidos, passou a nova lei de plano de saúde, Obama acabou o discurso dele dizendo “*America doesn’t fear the future, America shapes the future.*” Essa é a atitude que o Brasil está assumindo.

No passado o direito era insuficiente. Hoje, existem oportunidades de mercado. Eu quero fazer uma faculdade diferente que atenda os nichos distintos que já existem e tem uma demanda enorme na sociedade brasileira. Daí a razão de ser dessa escola, porque não me espanta terem 1200 faculdades

iguais. Em questão de direito e tecnologia, o Brasil cria o CTF, e por isso a gente cria um programa de meio ambiente. Na pós-graduação, nós somos a faculdade mais importante do Brasil! Estamos em 33 Estados, em 33 cidades e temos cursos específicos de demanda como petróleo e gás. Então, nós somos tão modernos quanto qualquer outro. O que nós precisamos é ser mais brasileiros.

Nós somos tão modernos quanto qualquer outro. O que nós precisamos é ser mais brasileiros.

G: Como você gostaria de ver evoluir o direito brasileiro e quais são os objetivos e ambições da FGV nessa mudança?

J.F: Essa é uma escola que é confessional. Ela tem um compromisso com a democracia. Porque, se você não tem um regime político democrático, com um processo eleitoral, revezamento no poder e liberdades asseguradas... Não se faz democracia em 20 anos, 25 anos. A constituição de 1988 é um começo. Isso vai ser obra de gerações futuras... para vocês. A democracia está nos detalhes, está no comportamento dos juízes, está no comportamento da polícia, está no compromisso do cidadão, então o primeiro compromisso da escola é com a consolidação do regime democrático.

A FGV tem como missão ajudar a solucionar os problemas do desenvolvimento brasileiro. Ou seja, o segundo compromisso da escola é com a agenda Brasil. Nós queremos pesquisar e ensinar os problemas do Brasil. Não os problemas de fora e não as teorias de fora. Nós não temos terrorismo aqui. Temos favelas. Se nós não temos terrorismo vamos resolver os problemas de direito de propriedade nas favelas. Nós não temos um apartheid racista, nós temos uma integração

Nós queremos pesquisar e ensinar os problemas do Brasil. Não os problemas de fora e não as teorias de fora. Nós não temos terrorismo aqui. Temos favelas.

étnica. Nós precisamos de um estado mais profissional. Não se trata de mais o menos intervenção do Estado, se trata de um Estado mais profissional e mais eficiente. Nós temos uma oligarquia burocrática, como diz Fernando Henrique Cardoso, que manda neste país. E nós temos uma cidadania sujeita à burocracia e às empresas. Então essas são pautas brasileiras. Essas são as pautas da FGV DIREITO RIO.

G: Quais são as características que fortalecem e distinguem o direito brasileiro de outros sistemas? O direito no Brasil é mais uma fonte de sucesso ou de frustração?

J.F: Na vida não tem dicotomias. Na vida não tem só vitórias e só derrotas. Na vida pessoal, na vida institucional e também na vida dos países é assim. Às vezes, a gente tende a achar que as circunstâncias, a estrutura, e que o presente é eterno. Não é bem assim. Nossa história viu que os advogados e os juristas há trinta anos eram os aarautos da ditadura. De 20 anos para cá são os pastores. Às vezes nós erramos e às vezes nós acertamos. O importante é saber escolher a direção. Eu acho que a geração atual do Brasil, pelo que foi plantado pelas gerações de ontem, vai pelo caminho certo. Temos que fazer a reforma do Judiciário, e temos que fazer sobretudo a reforma do Congresso Nacional e da oligarquia burocrática do Poder Executivo.

Não se trata de mais o menos intervenção do Estado, se trata de um Estado mais profissional e mais eficiente.

A reforma do Judiciário caminhou. A reforma fiscal não caminhou. A reforma previdenciária não caminhou. A reforma política não caminhou. Precisamos fazer caminhar essas outras reformas. E se começa com a reforma política. Para quê? Nem só de liberdade vive o homem. O credo neoliberal é a condição necessária. Não é condição o suficiente. Eu preciso ter igualdade, eu preciso ter acesso à habitação, à renda, à emprego. Liberdade é a condição necessária, mas não é suficiente. Deve haver uma melhor repartição da renda nacional.

Liberdade é a condição necessária, mas não é suficiente. Deve haver uma melhor repartição da renda nacional.

G: Sobre a crise econômica: a opinião geral diz que a tendência de liberalização vai acabar e que vai haver um retorno da intervenção do Estado. Como você acha que esta mudança vai afetar a carreira de advocacia, particularmente dos novos advogados formados?

J.F.: Nossos advogados já se distinguem dos outros. Eles estão com uma base econômica, uma base multidisciplinar, eles estão com os temas atualizados. Nesse sentido, as ATCs cumprem um papel importante de atualização. Esse semestre nós temos oito professores estrangeiros dando aula aqui (FGV DIREITO RIO). Nós temos os melhores advogados de empresa dando aula aqui como Carlos Leoni, Francisco Mussnich, entre outros. A qualificação do nosso advogado é como se ele tivesse mais bem treinado. Estamos preparando advogados que olham o mundo.

Não tem saída. A geração de vocês é a geração mais global e eu tenho que pensar na empregabilidade global dos alunos da FGV.

A empregabilidade dos alunos da FGV não vai se restringir ao Rio de Janeiro. Ela será nacional, da América Latina, inevitavelmente, porque a FGV está cada vez mais internacionalizada.

A empregabilidade dos alunos da FGV não vai se restringir ao Rio de Janeiro. Ela será nacional, da América Latina, inevitavelmente, porque a FGV está cada vez mais internacionalizada. Então, estamos criando cada vez mais advogados com empregabilidade global. Se a gente vai ter sucesso com isso, cinquenta por cento depende da FGV e cinquenta por cento depende dos próprios alunos. Se os alunos comprarem a idéia, se forem competitivos, estudarem, inovarem, não vão ser mais os professores responsáveis pela inovação. Nesse mundo tecnológico as inovações todas vêm de pessoas com menos de trinta anos. E no direito também. Eu fui diretor da PUC-Rio da faculdade de direito, e eu tinha vinte e sete anos. A inovação vai vir de vocês com menos de trinta anos. A FGV faz a parte dela, esperamos que vocês façam a de vocês. ■

A inovação vai vir de vocês com menos de trinta anos. A FGV faz a parte dela, esperamos que vocês façam a de vocês.

O BRASIL NOS BRICs

Perspectivas para Uma Nova Ordem Mundial

Antônio Bastos

Para ter uma visão ampla do Brasil na nova ordem mundial contemporânea e multipolarizada, é essencial compreender sua importância e papel no contexto do grupo dos BRICs. Com uma enorme capacidade de crescimento, a nação e a sociedade brasileira, inclusive os estudantes e os profissionais do direito, devem estar preparados para enfrentar os desafios sociais e econômicos que a efetivação e a concretização desse crescimento trazem. Afinal, em um futuro não muito distante, o Brasil pode tornar-se a quarta ou quinta (as previsões divergem) maior economia do mundo, ultrapassando a Alemanha, Reino Unido e França.

O acrônimo BRIC foi criado em 2001, por Jim O'Neil, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs. Ele designava, no relatório "Building Better Economic BRICs" os quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China. Desde então, a expressão

passou a ser empregada de forma cada vez mais comum, se difundindo amplamente na mídia e virando um jargão para se referir a esse grupo países com tantas possibilidades de crescimento no horizonte.

O relatório do Goldman Sachs mostrou, definitivamente, que o grupo dos BRICs não é um simples tijolo no muro da economia mundial, tendo grandes chances de ser, na verdade, uma das fontes de sustentação deste muro. Isso porque o relatório mapeou a economia dos BRICs até 2050, chegando a conclusões surpreendentes: se o estu-

do estiver correto e os países desse grupo mantiverem o crescimento, eles poderão tornar-se a maior força da economia mundial, superando as economias dos países do G6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália) como um grupo, em matéria de termos do valor do PIB (em dólares americanos). Além da importância econômica, os BRICs tenderiam a aumentar sua influência política e econômica sobre o resto do mundo.

O estudo também ressalta, no entanto, que para isso ser alcançado, cada um dos quatro enfrenta diferentes desafios para manter o

Lula com a "marolinha"), sendo menos afetados do que os países desenvolvidos. Alguns consideram esse grupo como a locomotiva que puxou a retomada do crescimento mundial na pós-crise, enquanto os EUA estavam ocupados injetando bilhões na sua economia. Segundo a revista *The Economist* de 19 de março deste ano, os BRICs também ajudaram a recuperação de países mais pobres durante a crise, investindo neles e estreitando laços políticos e econômicos com países da África e também com outros, como o Camboja e o Sri Lanka. Assim, a crise teria acelerado o crescimento dos BRICs e sua escalada, como acredita Jim O'Neil.

É claro que há muito ceticismo em relação a tais previsões. No entanto, se elas chegarem ao menos perto de se concretizarem, as implicações para a economia mundial serão grandes e mudanças podem ocorrer mais rápido que se imagina. Os BRICs exercerão, portanto, um papel de suma importância na nova or-

dem mundial multipolarizada, maior ainda do que já exercem hoje. Eles já se destacam tornando-se lideranças geopolíticas locais, como o Brasil na América do Sul e no Mercosul, e até globais, com crescente influência em organismos internacionais, inclusive como mediadores em disputas. E embora não possam nem ser comparados aos dos EUA, os poderios militares da Rússia, a China e da Índia são consideráveis, os três países possuindo domínio de tecnologia nuclear, com a fabricação de bombas atômicas (no quesito militar o Brasil é mais fraco do grupo).



líderes dos BRIC: primeiro-ministro Manmohan Singh da Índia, presidente Dmitry Medvedev da Rússia, presidente Hu Jintao da China e nosso presidente

crescimento numa faixa desejável. Há, por isso, uma possibilidade de as previsões não se concretizarem, por políticas inadequadas, má sorte ou por erros nas projeções e falhas no modelo matemático adotado.

Apesar dessa possibilidade, até agora as previsões vem se confirmando e algumas, inclusive, se adiantando: num relatório posterior de 2007, o Goldman Sachs adiantou para 2032 o ano que o grupo dos BRICs passará o G7 em matéria de PIB. Além disso, na recente crise mundial, os países do BRIC foram os que se recuperaram com mais facilidade dela (vide a relação de

Os BRICs ainda não existem como um bloco político (como a União Européia), nem aliança de comércio formal (como o Mercosul). A tendência é que eles formem uma aliança estratégica, onde serão procurados o benefício mútuo e a soma de competências, a partilha de investimentos e redução de riscos e ameaças. Assim, em 16 de maio, em Yekaterinburg, na Rússia, o grupo BRIC foi formalizado com o encontro dos ministros de relações exteriores. A primeira cúpula oficial, com o encontro dos chefes de estados dos 4 países, se deu em 16 de junho de 2009, novamente em Yekaterinburg. A segunda cúpula oficial irá acontecer em breve, e em nosso país: está marcada para 16 de Abril, em Brasília.

Os países do BRIC têm diversas características em comum, como a grande extensão territorial, suas enormes populações, mercado consumidor interno em expansão extremamente atraente, além de desafios e problemas similares. Juntos, eles possuem mais de 40% da população mundial, com 2.783,2 milhões de habitantes. Também contêm mais de um quarto de toda a área terrestre do mundo. Com tanto território e população, não é de se estranhar que as possibilidades sejam tão grandes.

Os países desenvolvidos almejam conquistar os imensos mercados consumidores do BRIC, que não são restritos somente ao número de habitantes, mas incluem também estados e empresas. Além disso, o investimento estrangeiro nos quatro países é bastante alto, o que definitivamente contribui para o seu crescimento. A cada ano, massas chinesas e indianas, principalmente, são tiradas da miséria e passam a participar do mercado consumidor. O crescimento das classes médias nesses países também é notável.

Eles também possuem grandes desafios sociais a serem enfrentados. Se a desigualdade social e a po-

breza, como sabemos, já é gritante no Brasil, ela se agrava ainda mais na China e na Índia. Nas imensas e inchadas megalópoles indianas o crescimento é extremamente acelerado e desorganizado e favelas se estendem enormemente, onde milhões de pessoas vivem em grande pobreza. O processo de urbanização continua a aumentar cada vez mais cidades já saturadas, como Bombaim e Délhi. Na China, o campo ainda é extremamente pobre quando comparado com as áreas urbanas da costa leste e o governo tem a missão de tirar, anualmente, milhões de pessoas da miséria, criando empregos. A Rússia tem problemas sociais menores do que os outros três países, como consequência da antiga assistência dada pelo ex-governo soviético. No entanto, na começo da década de 90, os russos viram sua expectativa de vida cair, e hoje também enfrentam suas mazelas sociais e desigualdades. É essencial para que as previsões do BRIC se concretizem que o grupo consiga lidar com seus esses desafios de forma apropriada, melhorando seus indicadores sociais.

Há muitos outros desafios para os BRICs. Dois deles são manter a estabilidade econômica e financeira assim como a estabilidade política, essenciais para sua consolidação como potências. Também precisam reduzir a agressão ambiental, com a problemática crescente do aquecimento global. Na realidade, os países desse grupo ainda são agressores globais violentos e querem aproveitar-se de sua situação de subdesenvolvimento como argumento para não frearem seu crescimento por causa do meio ambiente. Sérias discussões sobre esse tema foram notadamente travadas, e ainda são, entre os EUA e a China. Qualificar mão-de-obra, para desenvolver tecnologias diversificadas, também é importante. E ainda há problemas específicos

de cada país: a Índia, por exemplo, possui uma carência enorme de infra-estrutura, seja no setor de transportes ou mesmo de serviços essenciais, como energia elétrica, que repelem investimentos estrangeiros. A queda de luz na Índia é extremamente freqüente, tanto que todas as grandes empresas lá têm de possuir geradores próprios.

Cada um dos BRICs possui um papel mais destacado, que será mais importante e complementar aos outros países. A China destaca-se como grande produtora de produtos industrializados a baixo custo. Na área da produção de softwares, a Índia já é um dos pesos-pesados mundiais. A Rússia será fornecedora de matérias-primas e, mais importante, de Petróleo e Gás, os combustíveis que movem o mundo. O Brasil é notório pelo fornecimento de alimentos, biocombustíveis, commodities e uma imensa reserva de água.

Na nova ordem mundial, o sistema multipolar está sendo construído com os tijolos dos BRICs, o que levará ao fim do paradigma da supremacia absoluta dos EUA e da UE sobre o resto do mundo e acabará com outro paradigma, o do “norte rico, sul pobre”. Como estudantes universitários da atualidade, nós provavelmente veremos o Brasil tornando-se potência mundial, viveremos essa realidade e estaremos no centro desses acontecimentos, em cada uma de nossas futuras ocupações. Como estudantes de direito, teremos que lidar com os inúmeros desafios que a efetivação do crescimento e a nova posição do Brasil na nova ordem mundial trará, seja no sistema judiciário nacional, seja nas diversas áreas de direito internacional. Como cidadãos, temos responsabilidade sobre o destino do Brasil dentro do contexto dos BRICs. Afinal seremos, querendo ou não, envolvidos por esse processo. ■

EIKE BATISTA: UM PEDREIRO NOS BRICS?

Um Brasileiro Próximo de Tornar-se o Homem Mais Rico do Mundo

Walter Guevara

O topo da lista anual dos homens mais ricos do mundo elaborada pela revista Forbes, foi tradicionalmente um bastião quase exclusivo de certa elite econômica originária dos países desenvolvidos do Norte. Magos das finanças, grandes herdeiros e industrialistas de todo tipo constituíam a fina flor do capitalismo. Contudo, a surpreendente entrada de novos membros a este elevado patamar, parece fazer palpável o advento de uma nova elite mundial.

O mexicano Carlos Slim Helú, verdadeiro Hermes das telecomunicações, que conseguiu superar em fortuna Bill Gates, em 2007, foi provavelmente o sintoma mais inesperado desta mudança no eixo. Mas Slim em si não parece ser representativo de uma Nova Ordem Mundial. Se ele encarna a voracidade e dinamismo de um importante mercado emergente como o México, ele deve parte de sua ascensão ao declínio do Norte que começou a trepidar com o açoite da crise econômica.

A crise não parece ter fechado seu último capítulo, e a mutilação dos grandes patrimônios parece ainda ser algo mais latente que uma simples ameaça, se consideramos o atual risco de calote da Grécia que fende os fracos alicerces da União Européia.

Sem dúvida, o horizonte ainda é cinzento para muitas das economias desenvolvidas. Por outro lado, se entendermos a palavra “crise” como faz o ideograma chinês, que justapõe os ideogramas de “perigo” e de “oportunidade”, é possível concluir que as crises não produzem somente perdedores.

As crises são como os terremotos; quando são particularmente fortes e devastadores, costumam deslocar em alguns graus o eixo da terra, (como aconteceu após as tragédias do Haiti e do México e criando entre outras coisas, dias mais curtos). Uma crise econômica suficientemente forte pode deslocar os centros econômicos do poder e procurar refúgio para o benefício de novos destinos. O rumor oficial parece apontar que, sob esta conjectura, o Brasil parece começar a tomar um lugar de destaque, aproveitando a oportunidade para se tornar num pólo de atração maior para capitais refugiados e assumir cada vez mais um lugar de liderança num mundo multipolar de toma de decisões, compartilhando esta característica com a Rússia (mesmo se ultimamente contestada), a Índia, a China e a África do Sul.

É provável que ninguém expresse com maior visibilidade esse otimismo pela crescimento brasileiro, como o empresário carioca Eike Batista. Nas últimas semanas do mês de março poucas pessoas tiveram

tanta atenção quanto ele: foi o entrevistado principal da revista Época, foi convidado a uma entrevista com o jornalista americano Charlie Rose, deu uma palestra para os estudantes da FGV, artigos das revistas americanas Business Week e Forbes falaram de sua fortuna e a maioria dos jornais brasileiros comentou sobre ele. Hoje sua fortuna não é mais segredo. E Eike gosta que os brasileiros saibam que ele é Bilhões Batista e acredita que seja tempo de mudar “o complexo de vira-lata” no país.

Desde que a Forbes revelou que Eike foi o homem que mais ganhou dinheiro no ano de 2010, dando um salto quantitativo imenso de seus “tímidos” \$6,7 bilhões de 2008 aos mais de \$27,7 bilhões que ele tem hoje, ele aproveita a demanda para se mostrar e compartilhar suas experiências. Ele já comentou que sua influência econômica no Brasil faz com que ele seja cada vez mais um homem com responsabilidades políticas. Eike não tem problema de se ver assumindo funções do governo, e deixa-nos perceber que o futuro de um Eike-candidato não deve estar muito longe. Será que esse tsunami econômico tem potencial de virar um tsunami político? Certo cinismo da rua sugere que não seria algo surpreendente nem novo, para um Brasil que ainda é considerado freqüentemente como um sistema particularmente oligárquico. Talvez seja então nesse horizonte que Eike Batista é comparado tão freqüentemente ao Barão de Mauá: magnata, industrialista, político e “self made man”.

Eike gosta de se considerar assim, como um “self made man”, visão às vezes contestada pelo fato de ser filho de Eizel Batista, uma personalidade influente e reconhecida como Ministro de J.Goulart e como diretor da Vale antes da privatização. Contudo, Eike não recebeu dele uma herança milionária. E isso comprova que existe mérito e talento por trás da rápida fortuna de Eike. Todavia, é um exagero considerá-lo como vindo de uma classe média ou média-alta, como ele fala. Apesar de que em algum momento as circunstâncias forçaram-lhe a “começar a se mexer” e escapar dos pequenos confortos de uma família que não foi particularmente de renda média.

Assim, a visibilidade bilionária de Eike acende a essência da democracia Brasileira. As pessoas mais desafortunadas podem inspirarem-se nesse homem, no sentido de que através de muito estudo e dedicação, e não somente pelos esportes e carreira artística, é possível crescer na vida. Mas Batista sem dúvida impressiona e fascina, talvez porque ele tenha em si características que são atribuídas ao Brasil-BRIC:

rico, jovem, inovador, líder, informal, exuberante, trabalhador, competitivo, carismático, dinâmico, ambicioso e ainda com um grande futuro adiante. Batista se identifica com esta idéia e parece trabalhar na alegoria, procurando ter um discurso pró meio-ambiente (um dos eixos da diplomacia brasileira) mesmo que alguns processos judiciais, escureçam um pouco esta faceta.

Entretanto, a característica mais interessante de Eike seja talvez seu genuíno nacionalismo, comprovado pelos investimentos pessoais que restauram partes do Rio de Janeiro. Eike explica que acredita no Brasil e que o país já está dando certo. Afirmar que o petróleo será uma mudança definitiva que abrirá oportunidades para todos os brasileiros e, inclusive, atrairá profissionais estrangeiros. O Brasil é muito mais receptivo e “Ocidental” que os outros países emergentes. O jornalista Charlie Rose, confirma, “se no Brasil você (estrangeiro) abre uma empresa, a sua empresa é considerada brasileira. A China é difícil e reservada para os chineses”.

Batista, não conseguiu se conter na palestra que ministrou na FGV, ao falar do potencial brasileiro, e se emocionou enquanto o público o aplaudia. Brasil e Batista têm razões demais para se emocionar, já que a ameaça da crise econômica só conseguiu reforçar as suas posições e desbeijar os concorrentes, demonstrando que ambos souberam colher seus frutos bem.

Foram as frases ouvidas por Eike, “o Brasil está dando certo” e a crise econômica demonstrou “a revanche dos engenheiros sobre os economistas”, que Eike menospreza e assimila aos “banqueiros que se enriquecem passando dinheiro de um ao outro” sem construir nas infra-estruturais e na riqueza do país. Eike acha que a gula pelo liberalismo financeiro nos deixa com projetos como o de um carro elétrico eficiente, postergados. Ele observa que há uma quantidade enorme de estudantes que deixa de seguir

carreiras técnicas para prosperar nas áreas financeiras e de direito. Essa opinião sugere bem o tipo de empresário que Eike é: um empresário da Segunda Revolução Industrial e o homem mais rico do Brasil. Portanto, será que o Brasil entrou definitivamente numa fase de vanguarda industrial de 3ª ou 4ª geração ou ainda sua vantagem comparativa reside na exploração do imenso potencial deste esqueleto industrial original? Em todo caso, o acúmulo de capital parece materializar as condições para que o Brasil dê um salto qualitativo sem precedente que defina sua ascensão com um status de grande potência.

Assim, Eike Batista é um pedreiro dos BRICS, participando ativa e visivelmente na construção do Brasil moderno. Seu futuro é promissório e trabalhoso, em parte por causa dos novos clientes de classe média emergente que estão a procura de casas, mas também porque a calamidade financeira que derrubou grandes infra-estruturas ideológicas nos países do Norte está abrindo oportunidades novas e mais baratas no exterior. Batista enfatiza como exemplo de empresas que atrasaram investimentos no Brasil, as agências de “Rating” americanas, que sistematicamente subvalorizavam o potencial brasileiro e defendiam um nível de risco punitivo para os investidores. A crise abalou o status-quo e abriu oportunidades para os países emergentes. Por outro lado, Batista não pertence a um meio social desfavorecido e não precisou fazer trabalhos pouco qualificados para ganhar a vida. Contudo, é impossível negar que foram os minérios que proporcionaram a grande fortuna de Eike. Se não fossem sua primeira mina de ouro e seu trabalho como comerciante de minérios, seu brilho reluzente teria ficado tão opaco como um diamante bruto. ■



BRASIL E IRÃ

Catarina Freitas



www.leiturafranca.blogspot.com

Sem dúvida o papel do Brasil no mundo é cada vez mais importante, não apenas economicamente, mas também politicamente. Com a eleição de Lula, em 2003, e um ambiente economicamente favorável – além de uma mudança na correlação de forças internacionais – a relação do Brasil com outros países além da América do Sul e Estados Unidos mudou de patamar. Isso se dá em um contexto mundial com maior presença da China, Índia e um novo papel de importância do mundo árabe, neste caso, fruto da riqueza proveniente do petróleo. Enfim, um mundo de BRICs, de África do Sul, Indonésia, Austrália, Emirados com maior importância relativa, uma América do Sul, que começa a ter uma infra-estrutura e o início de uma ação mais integradas. Um contexto mundial verdadeiramente pós-Guerra Fria.

A relação entre o presidente Lula e Ahmadinejad é cercada de polêmica dentro e fora do país. O presidente Ahmadinejad chegou à liderança no Irã através de eleições noticiadas como manipuladas; é uma figura detestada no Ocidente por suas opiniões arbitrárias e excludentes e seu governo autoritário, limitador de liberdades e de imposição religiosa. Há anos o Irã pretende desenvolver um programa nuclear

de suposto fim pacífico para a produção de energia como objetivo principal. Contudo, os Estados Unidos e a União Européia querem impor sanções ao programa nuclear iraniano, alegando que o objetivo-último seria bélico. Há uma grande pressão de Israel para que as sanções sejam impostas o mais rápido possível. Em setembro de 2009, a inteligência americana descobriu que o Irã teria desenvolvido tecnologia e capacidade para a elaboração de armas nucleares, e também encontrou o que seria uma planta nuclear que jamais havia sido revelada, em Qom. Logo após a descoberta, o Irã anunciou sua “planta nuclear piloto”, ainda sob construção. A própria Rússia ameaçou unir-se aos Estados Unidos para impôr sanções se o Irã não cooperasse, enviando três quartos de sua produção de urânio para que fosse processada no exterior e depois retornada a Teerã, para uso em fins pacíficos. O Irã se recusou a cumprir este Acordo de Viena, alegando não confiar no Ocidente para que devolvesse todo seu urânio. Os Estados Unidos, a Rússia, a França, o Reino Unido a Alemanha e a China vão se reunir para discutir sanções que serão impostas ao programa nuclear iraniano, a serem apresentadas ao Conselho de Segurança da ONU. Os Estados Unidos cortou,

esse ano, relações comerciais com o Irã. Inclusive, sua legislação agora proíbe empresas americanas de investirem, fazerem negócios e financiarem empresas estrangeiras que invistam em energia iraniana. Isso pode prejudicar o Brasil, já que a Petrobrás tem ações na Bolsa de Nova York (ainda que afirme que suas relações em Teerã sejam mínimas)

Lula afirma que o Brasil apóia o programa nuclear iraniano, desde que realmente seja com fins pacíficos. De outro modo, essa política externa iria de encontro à Constituição, pois não defenderia a paz mundial (inciso VI). Em troca, Ahmadinejad apoiou a entrada do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. O governo brasileiro tem pretensões por uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, e assim quer cultivar a imagem de mediador da crise, se opondo às novas sanções que querem impor ao Irã, a não ser que comprovem que a política nuclear iraniana tenha fins militares. O Brasil e o Irã assinaram no final de 2009 três acordos: um de cooperação comercial entre a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a Câmara de Comércio e Indústria do Irã, um segundo de supressão de exigência de visto para passaportes diplomáticos e um último para estimular o intercâmbio cultural. Também assinaram memorandos de cooperação e entendimento nas áreas de Ciência e Tecnologia e Minas e Energia. Também foi decidido um convênio entre a Embrapa e a Organização para Pesquisa e Educação e Extensão Agrícola do Irã.

Todavia, críticos dos dois lados afirmam que o Brasil não deveria dialogar com um regime autoritário, nem tampouco ignorar as pressões internacionais contra seu programa nuclear. Como dita a Constituição, devem prevalecer o respeito aos direitos humanos (inciso II), não totalmente respeitados por Ahmadinejad em sua política interna (especialmente no que diz respeito à liberdade de expressão e religião). Os críticos acreditam que os ganhos comerciais através dessa aproximação são muito pequenos em comparação com o desgaste da imagem internacional do Brasil que essa relação causa. A própria Secretária do Estado dos EUA, Hillary Clinton, tentou argumentar contra a relação Brasil-Irã, dizendo que ele está dialogando com o Brasil, Turquia e China só para impossibilitar as sanções, mas que sua finalidade é longe de ser pacífica. Mas outros críticos consideram também que esse argumento deve ser observado com cautela, tendo em vista a inimizade entre Irã e Israel, tradicional aliado dos EUA.

Desse modo, Lula argumenta que todos os países que assinaram o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (o Brasil e o Irã incluídos) têm o direito de enriquecer

urânio para a produção de energia para fins civis. O Brasil tem uma tradição não-intervencionista em assuntos internos de outros países (obedecendo o inciso IV). Receber Ahmadinejad não quer dizer que o Brasil concorde com suas políticas internas, afinal, já recebemos Bush, Chávez e muitos outros líderes de Estado e de Governo também sem darmos apoio para suas políticas internas ou externas (aliás, só para lembrar, Bush também obteve vitória através de eleições polêmicas, decididas pela Suprema Corte, em decisão muito criticada pelo conflito de interesses não declarado de alguns de seus membros; e deu início a algumas guerras também questionáveis). A visita do presidente iraniano não passa de mais uma etapa da política externa brasileira para a diversificação de suas parcerias políticas e econômicas. É crucial que o Brasil tenha diversificação da sua balança comercial como estratégia de longo prazo para evitar grandes impactos na economia por crises, e abrir mercados para produtos brasileiro. A vinda de Ahmadinejad mostra, também, que o Brasil é uma potência em crescimento que é cada vez mais independente da influência dos Estados Unidos. O governo de Lula acredita que se o Irã é vítima de regulamentações nucleares muito rígidas, estas virão a limitar o Brasil também em um futuro próximo, lembrando que temos uma das maiores reservas de urânio do mundo.

A linha de política externa do Brasil é de relacionamento com todos os países do mundo, sempre buscando a paz. O governo de Lula deixa claro, contudo, que o Irã deve seguir os acordos internacionais como o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Samuel Pinheiro Guimarães (ex-número 2 do Itamaraty e atual ministro de Assuntos Estratégicos), em entrevista à Folha de São Paulo em 21 de março de 2010, ataca as potências nucleares que não cumprem o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e exigem de países desarmados como o Brasil e o Irã o cumprimento com suas obrigações, ao dizer “Quem não cumpre o TNP não tem moral para cobrar os outros. Sem contar que há países armados dos quais não se exige nada, muitos nem signatários do TNP são”. Enfim, ele acredita que o Tratado não está de acordo com o inciso V, que preza a igualdade entre os Estados, pois é um tratado desigual. O próprio presidente Lula já mencionou que o Brasil é o único que, por não ter armas nucleares, tem credibilidade em seu discurso ao cobrar que o Irã obedeça o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. ■

Constituição Federal

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I. independência nacional; II. prevalência dos direitos humanos; III. autodeterminação dos povos; IV. não-intervenção; V. igualdade entre os Estados; VI. defesa da paz; VII. solução pacífica dos conflitos; VIII. repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX. cooperação entre povos para o progresso da humanidade; X. concessão de asilo político

BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

Uma Relação Instável, Porém Promissora.

Guilherme Migliora

Antes de se pensar nas relações entre o Brasil e o Conselho de Segurança, é necessário contar uma breve história do conselho. Ele foi criado em 1945 pela conferência de São Francisco que também criou a ONU e seus principais comitês. Originalmente era formado por cinco membros permanentes, EUA, URSS, França, China e Reino Unido e seis membros rotatórios, dois oriundos da América Latina, um da Europa Ocidental, um do leste Europeu/Ásia, um do Oriente Médio e um das Commonwealths britânicas. Porém, em 1965 o número de membros rotativos aumentou, para dez, para fazer frente ao aumento que a própria ONU sofreu durante seus primeiros vinte anos. Porém, o número de membros permanentes restou inalterado desde 1946.

O Brasil, além de ter sido um dos países membros da conferência de São Francisco, foi também um dos onze primeiros membros do Conselho de Segurança juntamente com: México, Austrália, Holanda, Polônia e Egito, além, obviamente, dos cinco membros permanentes. No entanto, é possível dizer que esse privilégio foi pouco se analisarmos as possibilidades do Brasil. Assim que o conselho foi ser formado, tiveram que ser escolhidos os membros permanentes. Naturalmente os EUA ocupariam um dos assentos, tendo em vista a supremacia do país após a Segunda Guerra. Pelo mesmo motivo, a URSS garantiu sua vaga entre os P-5. Além das duas potências do pós-guerra, Reino Unido e França conquistaram sua vaga pelo desempenho na guerra. Dessa forma sobraria apenas uma vaga que, por indicação dos EUA, foi da China. É necessário salientar que o Brasil era uma das opções para ocupar a vaga. Essa possibilidade surgiu por causa da importância que o Brasil adquiriu durante a guerra, tanto com a participação direta nas ações na Itália, quanto com a participação indireta dando apoio logístico aos EUA. Todavia, isso não foi suficiente para assegurar um assento entre os P-5 e a China acabou sendo escolhida para ocupar o lugar. Essa escolha se justifica pelo fato de ter lutado contra o Japão nos fronts de batalha do Oriente e, principalmente, pelo fato de ser o maior e mais populoso país do mundo, tornando-se assim um excelente aliado e uma importante área de influência no contexto do início da Guerra Fria. É possível pensar que, caso os EUA tivessem escolhido o Brasil e não a China, o conselho hoje seria muito mais desequilibrado, tendo em vista que a China acabou se tornando uma aliada

da URSS e depois da Rússia e o Brasil, na pior das hipóteses, seria um voto imparcial, mas nunca um voto contra os EUA, como foi a China em diversas ocasiões.

Como forma de compensar o Brasil pela perda da vaga no P-5, lhe foi concedido o direito de fazer o discurso inicial das reuniões da Assembleia Geral. Dessa forma, o Brasil conseguiu manter o seu prestígio internacional, mesmo que sem o assento permanente. Como membro rotatório, o Brasil é o segundo país que mais participou do conselho, em 19 mandatos, perdendo apenas para o Japão com 20 participações. Durante essas 19 presenças, o Brasil participou de diversos debates importantes para o cenário internacional, como a situação do território palestino (1963), a expansão do próprio conselho (1964), a erradicação do Apartheid (1964), a guerra Irã-Iraque (1988), a guerra do Balcãs (1994), a questão Kosovar (1998-99) e mais recentemente a guerra do Afeganistão em 2004-05. Além disso, o Brasil teve papel decisivo em uma das discussões mais polêmicas da ONU, a criação do estado de Israel, que foi efetuada dentro da Assembleia Geral. Nessa ocasião, o Brasil deu o voto de minerva para que fosse resolvido o impasse e o Estado de Israel fosse criado.

O tema mais polêmico envolvendo o Brasil é a proposta de reforma do Conselho de Segurança. Segundo alguns internacionalistas, o atual formato do conselho é muito pouco democrático se levarmos em conta o número de países representados dentro da organização, número esse que cresceu muito desde a sua criação. Porém, o número de membros do Conselho de Segurança só foi aumentado uma vez, ressaltando que esse aumento foi apenas nos membros rotativos, há 45 anos, ou seja, a configuração atual não se adequa à realidade mundial e é cada vez mais contestada. No entanto, há uma resistência muito forte vinda de dentro do conselho, pois os membros permanentes não querem ter uma diminuição de poder, o que seria uma consequência natural caso houvesse a expansão. O Brasil é um dos mais ávidos defensores da expansão, por ser um dos prováveis candidatos para essa nova vaga. As pressões brasileiras aumentaram ainda mais nesse último ano quando foi consolidada a substituição do G-8 pelo G-20 e também quando os BRIC's aumentaram vertiginosamente sua importância devido ao crescimento econômico de todos os seus membros menos da Rússia. Toda a importância conquistada

pelo Brasil fez com que mais uma vez o Ministério de Relações Exteriores sonhasse com um assento permanente. Mais que isso, o ministério trouxe de volta a discussão para o cenário internacional. Todavia, mesmo que essa reforma seja discutida e aprovada, o Brasil continuará tendo problemas para conseguir a vaga, pois, mesmo que hoje nossa importância no sistema internacional seja muito grande, há outros países na briga por essa vaga, principalmente o Japão e a Alemanha. O Japão tem a seu favor sua importância econômica, que o coloca como um possível financiador dos muitos fundos apoiados e criados pelo conselho. Além disso, a sua escolha daria mais voz ao Oriente no conselho, que tem uma grande maioria ocidental nas cadeiras permanentes. A Alemanha, por sua vez, tem a seu favor o fato de ter o terceiro maior contingente militar em atividade pela OTAN. Além do mais, caso fosse escolhida, seria como selar o fim do espectro nazista no cenário internacional. Isso mostra que, mesmo havendo a aprovação da reforma, o que é muito difícil, o Brasil não teria nada garantido.

A única possibilidade real de o Brasil conseguir esse assento, é se destacar como membro rotatório durante os próximos dois anos, tempo que corresponde ao seu mandato no conselho. Caso o Brasil consiga se impor e tenha uma participação forte nas principais questões da pauta, talvez consiga pressionar mais eficazmente o resto do conselho para apoiar a reforma.

Isso mostraria que o Brasil está pronto para desempenhar um papel de liderança e daria uma vantagem na luta por um assento como membro permanente. No entanto, não é necessário que o Brasil consiga essa vaga para mostrar sua importância no sistema internacional. Muito pelo contrário, o país já vem provando sua importância e, mais, não dá sinais de que o seu crescimento vá cessar, muito menos que o seu prestígio internacional vá decair. Isso é resultado do contínuo crescimento da participação brasileira no cenário internacional, tanto no âmbito geopolítico como no âmbito econômico. O país tem importantes participações em várias missões de paz da ONU, sendo a de mais destaque a missão no Haiti. Além disso, tem se mostrado detentor de posições fortes em questões muito delicadas, como a questão de Honduras e as relações entre Ocidente e o Irã.

Por tudo isso, uma coisa é certa sobre o futuro brasileiro nas relações internacionais: cada vez mais o Brasil vai, naturalmente, ocupar posições de liderança no cenário internacional, por exemplo, como já acontece no âmbito da América Latina, e isso independe de ser ou não membro permanente do Conselho de Segurança ou de qualquer outro órgão internacional, pois a importância brasileira é maior que os limites burocráticos impostos se tornando dessa forma necessária sua participação no cenário internacional. ■



UPI photo: Laura Cavanaugh

Quando vamos a um restaurante e vemos um prato de atum listado no cardápio, dificilmente paramos para pensar qual é a consequência daquele pedido para a sociedade. Surpreendentemente, até as nossas refeições têm um impacto social que se reflete juridicamente. Quando pedimos um prato de atum, seja grelhado, seja sashimi, só pensamos no quanto aquela carne avermelhada, característica da espécie, é gostosa, carnuda e valiosa para o nosso bem estar daquele dia. Pois, é interessante atentarmos para o debate internacional suscitado neste mês de março sobre a sobrepesca de atum- azul no Oceano Atlântico e Mediterrâneo.

A pesca de atum-azul tem sido praticada por centenas de anos e é de valor histórico para o comércio. Contudo, cientistas da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT) levam a crer que tal prática tem sido de tal forma abusiva que teria reduzido em 80% a população de atuns-azuis do Atlântico leste, a espécie de atum mais valiosa do mercado pesqueiro internacional. A demanda mundial pela referida mercadoria tem crescido exponencialmente na última década, sendo o Japão responsável por 80% do seu consumo. Mas como todo recurso natural, o peixe também é finito uma vez que é abusivamente explorado e a pesca tem ocorrido desenfreadamente.

Por isso, órgãos como o ICCAT foram desenvolvidos para criar meios de regular a pesca da espécie e, portanto, garantir que esta se mantenha em seu maior grau de sustentabilidade. Ainda que tenham adotado uma forte política de reduzir a quota de pesca do atum-azul de 19.500 toneladas para 13.500 toneladas em 2010, a pesca ilegal é uma prática real que se estabelece a partir da falta de supervisão eficaz pelo ICCAT. Logo, a previsão é de que essa medida de redução não seja suficiente para proteger a espécie de sua futura extinção.

Assim sendo, a sobrepesca e a elevada vulnerabilidade da espécie *thunnus thynnus* à fatores intrínsecos foram o bastante para que o Principado de Mônaco, atento ao problema, resolvesse incluir o atum-azul na pauta de debates da reunião do Comércio Internacional das Espécies de Flora e Fauna Ameaçadas de Extinção (CITES) sediada em Doha, Qatar de 13 a 15 de março de 2010. Contudo, em reuniões políticas como a CoP 15 do CITES, vemos maiores delegações políticas de nações pesqueiras, como o Japão, que fazem um grande lobby para impedir que o atum-azul seja incorporado pelo Anexo I, que suspende a comercialização internacional de pesca pelo tempo necessário à



Brian J. Skerry/National Geographic Image Collection

recompor a sustentabilidade destes. Sem provocar grandes surpresas, o atum-azul não foi banido dos nossos cardápios, argumentando-se que a função desta regulação à pesca deveria ser feita pelo ICCAT, órgão inter-governamental com competência específica para lidar com o problema suscitado. Este por sua vez, não acredita, por enquanto, que uma medida tão drástica como a de suspensão temporária deva ser tomada.

O problema é que organizações globais que expõem leis ambientais não são o bastante para acabar com a prática ilegal. Falta um monitoramento eficiente. Ainda que a proibição de comércio tenha que ser a última alternativa adotada por suas consequências econômicas à sociedade, há que se refletir que em casos como o da sobrepesca de atum, há que haver uma conscientização local e adoção de políticas internas de países membros dessas organizações. Afinal de contas, qual é o incentivo deles para participar de um movimento ecologicamente consciente? A grande tendência, é, pois, de que os países incorporem medidas de redução de demanda de atum-azul e organizações não governamentais atuem no monitoramento e controle de pesca ilegal de atum, como vemos o Sea Shepherd fazer em proteção à pesca de baleias.

No Brasil, a referida espécie em debate não é consumida com muita frequência, já que o nosso litoral não faz parte da rota migratória dos atuns-azuis. Ainda assim, o Itamaraty não quis comentar a posição defendida pelo Brasil na CoP 15 do CITES. Contudo, cabe analisar que por ser um país de forte pretensão de se tornar uma potência pesqueira, querendo, assim, firmar excelentes relações de negociação de pesca, o Brasil pode ter apoiado o lobby feito pelo Japão. Quanto a população, só nos resta tomar consciência quanto ao consumo do atum-azul, o que não implica na exclusão da espécie de nossos cardápios, necessariamente, mas em observar selos de legalidade e proveniência, por exemplo, de forma a compactuarmos com o monitoramento e legalidade da pesca desta espécie. ■

REFLEXÕES SOBRE A NECESSIDADE DA SOBREVIVÊNCIA

João Marcelo Lima

Muitas vezes nos perguntamos até que ponto a sociedade vai se agüentar do modo que ela segue. Acredito que a história se desenvolva sem proporção alguma. Os grandes acontecimentos históricos são as verdadeiras medidas de nossa evolução, sendo que, para chegar a eles, passamos por longos períodos de estagnação imaginativa.

Podemos considerar este ano, 2010, um ano de estagnação. Na verdade, desde a invenção da internet, não temos houve nenhuma invenção que tenha mudado drasticamente nosso comportamento e economia. Temos sofrido simplesmente consequências dessa invenção, todas com impactos únicos. Assim foi com o ser humano e a roda, a escritura, a pólvora, a máquina a vapor, o carro, o telefone, e outras tantas revoluções na nossa sociedade.

Não podemos, porém, ignorar as consequências geradas pela internet. Tal instrumento conveniente, fascinante, excessivamente abrangente e complexo apresentará resultados, no mínimo, controversos.

A Revolução Industrial levou o mundo à intensa urbanização, à mudança de relações de trabalho, à revoluções políticas, a aperfeiçoamentos tecnológicos necessários. Mudou nossa percepção de indivíduo perante a sociedade e nos incitou a refletir sobre os inconvenientes da modernidade massante. Em suma, nos intimidou. E a revolução da informática, das comunicações?

Uma característica desta nova revolução, que é análoga à industrial é a redução de mão-de-obra necessária. Isso numa época de melhoras sanitárias e agrícolas, resultando, portanto, no exército de reserva de Marx, melhor alimentado, com uma expectativa de vida maior, e sem emprego. Na época, a falta de possibilidades educacionais não permitia a ascensão social dessa parcela da população, que, desamparada, ou ficava à espera de trabalho, reunida em sindicatos, ou, e isso, obviamente, de modo geral, se dedicava ao crime, criando um novo grupo distintivo da sociedade. Já não se tratava mais do desempregado como fracassado, vagabundo, desafortunado. Ele começou a ser visto como um sério problema para a ordem pública! E algo deveria ser feito para que ele não causasse problemas ao Estado.

As soluções da época não foram, infelizmente, eficazes, gerando muita repressão e insatisfação. Mas isso não erradicou o problema, que continuou existindo, e que, fruto da expansão demográfica e da contínua modernização agrícola, foi crescendo assustadoramente. A repressão significou uma maior organização dos desempregados, tanto no crime, como na militância política.

Agora, o problema deu uma volta inesperada! A sociedade continuou evoluindo, a população mundial

crescendo, a tecnologia avançando, mas as desigualdades ainda persistem. Isso quer dizer que há mais pessoas vivas, que não morrerão tão cedo, não especializadas fazendo parte da nossa sociedade e competindo conosco para um lugar, e reconhecimento na nossa democracia.

Hoje um computador é uma secretária, uma telefonista, um técnico de informática, um agente de viagens, um consultor amoroso, um ponto de encontro. É uma série de empregos, que foram tornando seus antigos autores humanos completamente dispensáveis, que, em muitos casos, querem sê-lo. Hoje temos bolsa família, ajuda humanitária, excessiva intervenção do governo para o bem-estar de todas as sociedades que almejam chegar ao ápice do desenvolvimento. Se alguém não consegue trabalhar na Suécia, o Estado e seus impostos megalomaníacos cobrem todas as suas necessidades. Para que trabalhar, então? Se alguém comete um crime na Suécia vai para uma cadeia muito mais luxuosa que a casa de muita gente de classe média em diversos lugares do mundo. Por que, então, aceitar a lei?

O trabalho será controlado por um computador, e o trabalho manual, e até intelectual, em muitos aspectos, se tornará dispensável e escasso. Será, portanto, um luxo trabalhar. Um direito, e não uma necessidade para se sobreviver. Se seguimos as diretrizes da democracia e do desenvolvimento em seu sentido pleno e alcançarmos a Suécia em matéria de desenvolvimento - no momento em que o computador começar a controlar até a prevenção de doenças - e precisarmos somente de pessoas que mantenham a lógica do desenvolvimento tecnológico em movimento, teremos que lidar com essa nova organização de sociedade.

Dividiria-se a sociedade entre os normais, que formariam os sindicatos mais poderosos, e os que querem trabalhar. Os normais viveriam de esmagadores impostos sobre os que trabalham, que aceitariam a condição, contentes por poderem trabalhar. Os normais gozarão do desenvolvimento tecnológico que irá chegar a autossustentação plausível, e tudo irá se aprimorando enquanto os que trabalham são escravizados pelos novos Estados, que seriam os tais sindicatos. A nova ordem mundial seria, então, inválida, pois os países não mais existiriam, e fronteiras seriam desmanchadas em prol de novas fronteiras virtuais entre os grandes sindicatos.

Até que ponto é viável o desenvolvimento tecnológico? Até que ponto é justo? Redistribuir riqueza que será gerada a partir destas grandes conquistas do homem por parte do Estado é a melhor medida para atender o direito à dignidade humana? Sem instinto de sobrevivência, o que será do homem? ■

Projeto “Medidas Assecuratórias no Processo Penal”

No último dia 15 de março, o projeto de pesquisa de título original “Medidas Assecuratórias no Processo Penal”, capitaneado pelo ilustríssimo professor da FGV Thiago Bottino, teve sua mais desafiadora etapa até então.

O anteprojeto de lei, elaborado após uma longa jornada de pesquisa que mobilizou esforços de alunos da graduação, do mestrado e professores, foi submetido a uma audiência pública e discutido por juristas renomados e autoridades no assunto.

Financiado pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL), com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o grupo de pesquisa passou cerca de um ano embrenhado em doutrinas variadas, jurisprudências e leis nacionais e estrangeiras, para chegar a uma proposta de reforma das cautelares patrimoniais no Código de Processo Penal. Basicamente, foram desenvolvidos instrumentos jurídicos mais adequados para identificação, avaliação, constrição, guarda, gestão, administração, alienação de bens obtidos com os proveitos de infrações e modo de evitar a desvalorização.

A atualização legal sugerida e a qualidade da fundamentação para tais mudanças traduzem mais uma vitória do projeto “Pensando Direito”, que busca a

integração da academia (faculdades de direito) no debate jurídico do país, com o objetivo de questionar e melhorar a legislação vigente.

Pode-se dizer que a primeira etapa desse objetivo está praticamente concluída, restando ao grupo revisar o anteprojeto de lei de acordo com as sugestões e críticas feitas na audiência pública do dia 15. A partir de agora esperamos que nossos estimados deputados federais e senadores dêem continuidade ao trabalho realizado pelo grupo de pesquisa e concluam, com êxito, essa bela integração entre Estado e Sociedade que nos deixa ainda mais orgulhosos da democracia.

Enquanto isso, agradecemos o esforço dos que já contribuíram:

Thiago Bottino, Aldo de Campos Costa, Otto Eduardo Lobo, Diogo Tebet, Junya Barletta, José Arthur Borges, Monique Geller Moszcowicz, Anelise Jordão, Antonia Lima, Camila Cruz, Daniel Aisengart Santos, Dominicci Prestrello, Eduarda Alvim, Eric Trotte, Flávia Matos, Gabriela Monteiro, Gabriella Azevedo, Joanna Esch, Laís Vasconcelos, Luis Felipe Cardoso, Marcela Santos, Marcus Vinicius Rondinelli, Moisés Franco, Orlando Netto, Paloma Caneca, Paulo Matos, Rafael Gomes, Rafael Montarroyos, Rafael Velasco, Roberta Lixa, Rogério Sganzerla e Thiago Tostes.

Comíciozinho
Por: Manuel Curió

URGENTE!!! Advogado renomado foi impedido de entrar no prédio da Fundação Getúlio Vargas.

O Chefe de Segurança, Mussum, afirmou que a administração do prédio foi bastante clara ao proibir a entrada de BERMUDES nas dependências da FGV.

No meio da aula de Direito Global III, Joãozinho, agora estudante de Direito, levanta a mão e pergunta à professora:

- Professora... sabe o que falta para f***r de vez com o Mercosul?
- O que?
- O Perú entrar...

Canto Poético

Eu espero momentos claros

João Marcelo Lima

Propostas adiadas e santos brigados
Ausências caladas e mãos conhecidas
Fitas no cabelo e pés à deriva
De caminhar ao impasse
Ao compromisso na sintaxe
Entre pernas doloridas
Não entenderia se virasse
O complexo desencontro uma reles praxe
Não entenderia se você se encaminhasse
À descrença impertinente e tornar-se
Outro conceito e elemento bento
Da inercia em geral imposta sob o pretexto
De simples apatia à notável euforia
Que hoje em dia ao meu país inteiramente guia
Euforia não foi banida?
Esquecida e perdida
Não foi proibida, capitalizada na justiça
Como maneira explícita de ignorar que na vida
O brasileiro não pode vender sua alma
À importações baratas hoje introduzidas
Ao ofensivo e descontextualizado bater de palmas
Que sugere esquecer que o sucesso que se vê
Não pertence a todos
Nem se deve pretender
Que seja meu, teu o além
Que me encha mais a barriga
E me esvazie mais a consciência
Que me vista de óculos com um grau
Que me impeça enxergar
Que não há quem queira admitir
Que o que se cheira no ar
Não pertence aos brasileiros
Ao Brasil a se amar.

Brasil
com cara de quem tem
vergonha na cara

Brasil
mostra a cara e a coroa
e moeda tem duas faces
e só uma cara

Brasil
saiba teu tamanho
teu grito, teu hino, teu canto

Brasil
mostra a tua cara
de quem tem mil caras
de quem tem mil cores

Brasil
Tem cara?
Caráter é questão
de coroa ou de cara?

Brasil,
a vergonha é cara.

Visconde de Alhures

Então o que eu sou hoje? Provavelmente, somente um rascunho do que pretendo aperfeiçoar a cada dia. É normal cometer erros, todos cometemos. Mas devemos tentar aprender com esses erros. Errar e não levar nenhuma lição do erro é estupidez, assim como de nada adianta ouvir críticas e não retirar nada construtivo delas. É querer permanecer em estado vegetativo e em inércia para o que ocorre na sua vida.

A esperança de tudo melhorar não é cabível somente à fé, teu sonho como futuro não será consequência de uma vida retilínea. É preciso errar e acertar, mas principalmente, ser e fazer o melhor que você é capaz. Mudar, transformar, ser melhor, sempre que a vida te pedir. Não se esqueça de que estamos todos aqui com um propósito que ninguém sabe, mas que com certeza está ligado ao bem, ao ser bom, ao tentar ser melhor.

Sim, somos todos suscetíveis a raiva, ódio, somos feitos de carne, humanos, mas saber se livrar disso é o que importa. Saber que essas coisas precisam ser deixadas para trás, para que assim possamos construir cada um, um caminho, afinal cada um tem um caminho e não cabe a ninguém querer mudá-lo e interferir no caminho de outros. Mais caráter, mais verdade, mais perdão, mais honestidade, mais paz interior. Se conseguirmos pôr em prática pelo menos um pouquinho disso tudo, já vamos estar melhorando muita coisa.

Pessoas boas atraem pessoas boas e sabem reconhecer pessoas de índole ruim. Não que exista qualquer coisa que possa separá-las, a única diferença é o querer. Quem tem índole ruim, pode melhorar, quando der pelo menos o primeiro passo para uma vida sem raiva, já estará deixando de ser uma pessoa ruim. Basta a vontade. A vontade de mudar, de ter uma vida melhor e querer estar longe de problemas. De nada adianta sentir raiva de quem tem sentimentos ruins a te desejar, de quem te calunia e inventa histórias com teu nome. Você só estará se prejudicando e prejudicando os outros. Procure ser melhor, procure ignorar, que assim nada te afligirá. O bem sempre vence o mal e não importa quanto tempo demore, a verdade sempre aparece no final.

Faça sua contribuição para *O Gerifalte* !

Encontros todas as segundas e sextas no GED 908 às 12:50.

Ou entre em contato conosco: ogerifalte@gmail.br

Já na próxima edição:

- Carta dos Leitores. Envie-nos sua opinião por e-mail

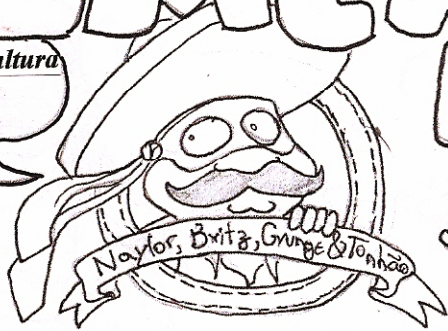
- Classificados: quer vender livros, computador, alugar quartos, etc? ANUNCIE AQUI!

Envie sua oferta por e-mail

El

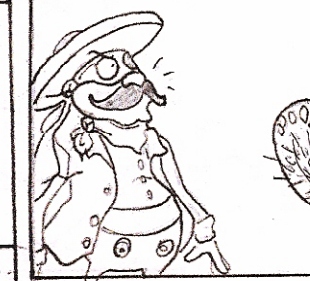
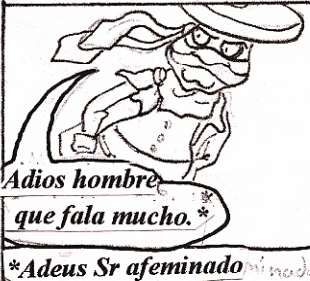
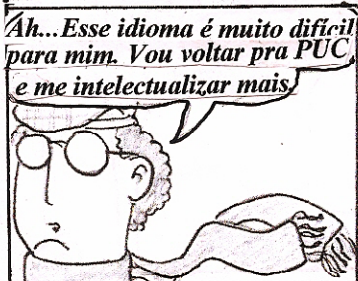
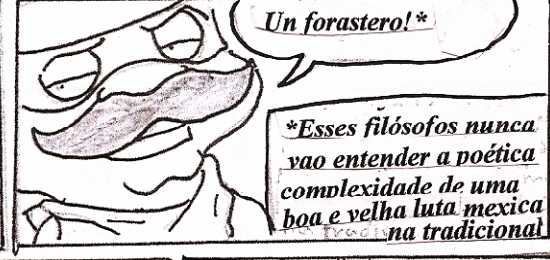
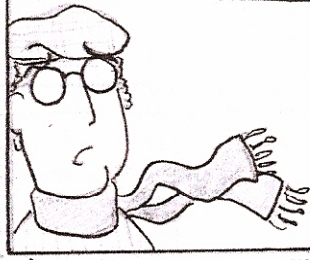
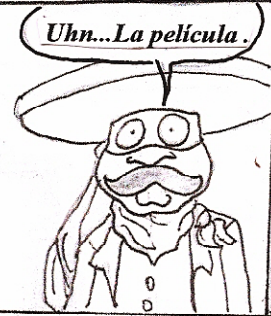
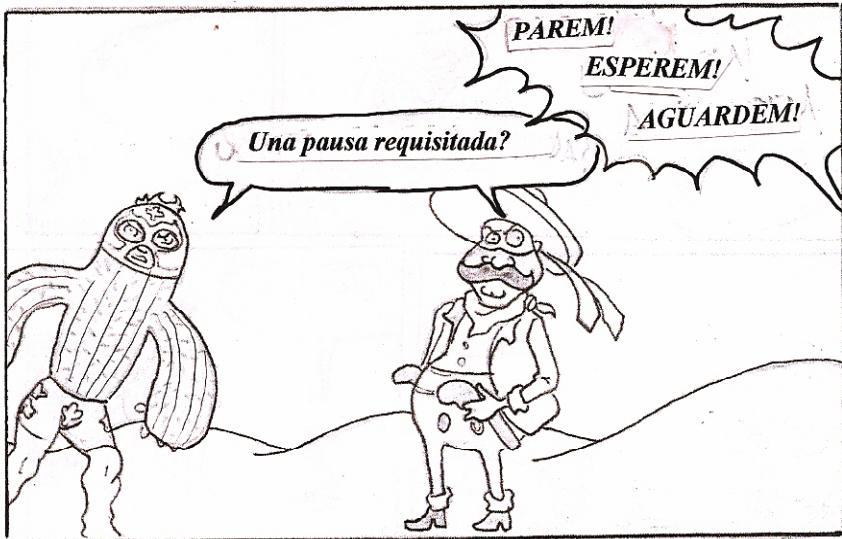
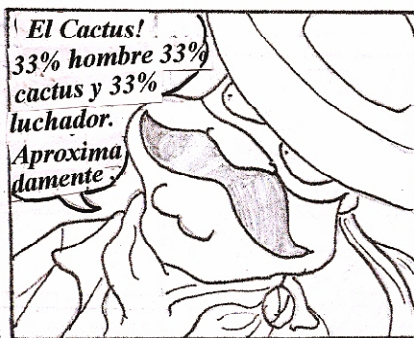
HOMEM

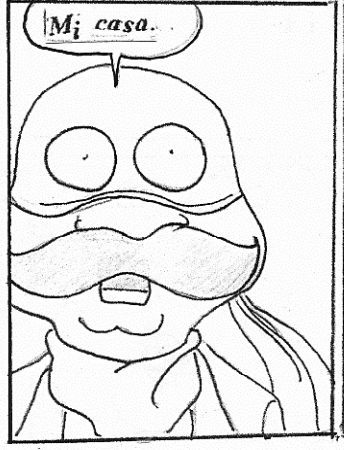
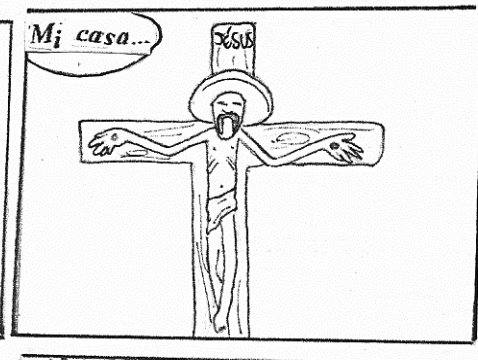
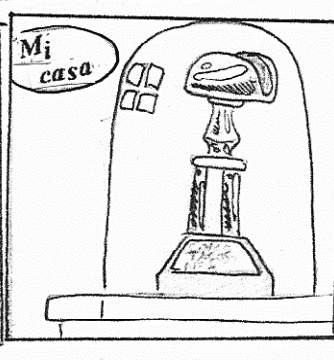
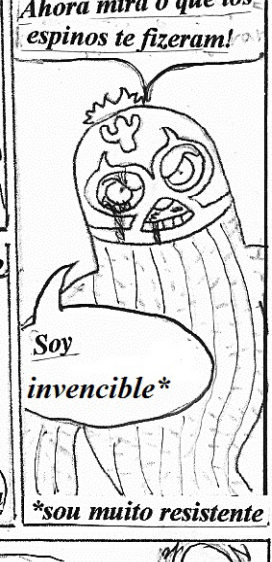
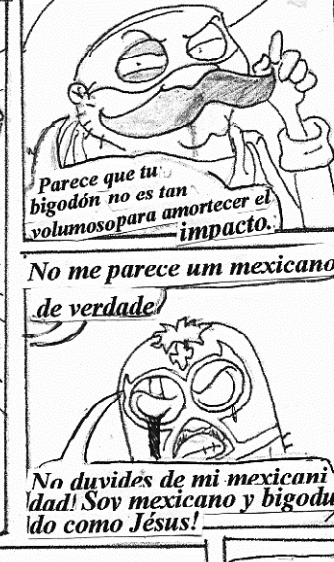
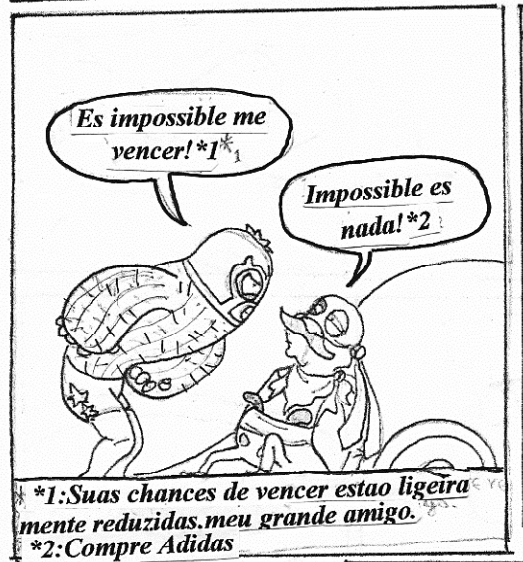
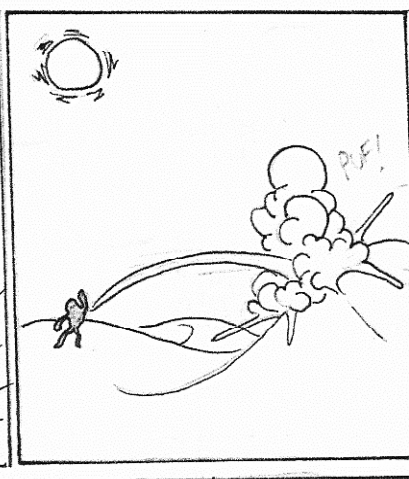
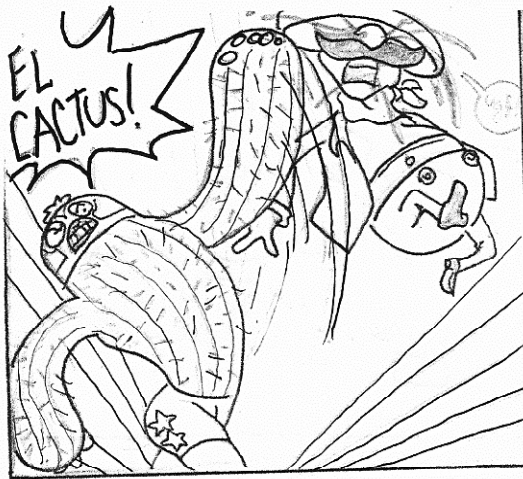
Valoriza la cultura
nacional.
Mexicana.



HOMBRE

EN: "LUCHA: LA LUCHA"





ANUNCIE AQUI!